

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2021

(Deputado Bohn Gass – PT/RS)

Requer informações ao Exmo. **Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Fábio Faria**, a respeito da veiculação obrigatória de publicidade do governo Bolsonaro nos pontos do programa Wi-fi Brasil.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, bem como no exercício constitucional do *munus* público fiscalizatório atribuído ao Congresso Nacional perante os atos do Poder Executivo (Art. 49, X da CF), requiero a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Exmo. **Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Fábio Faria**, a respeito da veiculação obrigatória de publicidade do governo Bolsonaro nos pontos do programa Wi-fi Brasil.

Entendemos necessário dispor das informações e devidos esclarecidos no que concerne aos seguintes pontos:

1. O Ministério das Comunicações (MCOM) confirma os termos de matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo (link e íntegra na justificação abaixo), segundo a qual “estudantes, professores e moradores precisam assistir a uma propaganda de 30 segundos sobre programas sociais do governo Bolsonaro a cada vez que acessam a rede [via programa Wifi-Brasil]”?
2. Se sim, qual a base jurídica do Ministério para conferir tal obrigatoriedade aos acessos dos cidadãos e cidadãs nos pontos de internet do programa? Solicitamos cópia do parecer da Consultoria Jurídica do Gabinete do Ministro, bem como do conjunto de posicionamentos das áreas técnicas do Ministério, a respeito do assunto.
3. Solicitamos cópia da íntegra do vídeo institucional, ou dos vídeos institucionais, aos quais os beneficiários são obrigados a assistir. O Ministério sustenta que tais peças se configuram apenas como “utilidade pública”? Em quais sentidos? Sob quais justificativas? Alternativamente, por quais razões os vídeos não



- poderiam ser qualificados como propaganda eleitoral irregular e antecipada, realizada com recursos públicos?
4. O sr. Ministro entende que esse tipo de obrigatoriedade e os vídeos aos quais beneficiários devem assistir constituem o que ele chamou de "fonte alternativa de informações, em oposição a notícias contra o presidente", conforme afirmou no último dia 20 de maio, em ato oficial em Santa Filomena (PI)?
 5. No mesmo evento oficial, estava presente – e subiu ao palco – o vereador do RJ, sr. Carlos Bolsonaro. O vereador viajou e estava presente em que qualidade? O MCOM arcou com os custos de seu deslocamento? Pagou passagens? Diárias? O vereador viajou em avião da FAB?
 6. Qual o custo de produção dos vídeos obrigatórios? Foram realizados com recursos de qual unidade orçamentária e sob qual contrato de publicidade do governo?
 7. Segundo nota enviada pelo MCOM ao jornal, "a veiculação de vídeos institucionais está prevista no projeto básico da implantação de pontos de acesso gratuito à internet em localidades públicas, pelo programa Wi-Fi Brasil (...)". Solicitamos cópia integral do texto do referido projeto básico, bem como de todos os documentos técnicos e jurídicos relacionados à formulação e celebração do instrumento.
 8. A divulgação de publicidade de Bolsonaro está prevista no contrato celebrado entre o governo Federal e a Telebras, para implementação do programa Wi-fi Brasil? Solicitamos cópia do referido contrato
 9. A divulgação de publicidade de Bolsonaro está prevista nos acordos celebrados entre o governo Federal e parceiros do programa Wi-fi Brasil, como o Sebrae e o Banco do Brasil? Solicitamos cópia de todos os acordos celebrados.
 10. A divulgação de publicidade de Bolsonaro será também obrigatória no âmbito do programa Norte Conectado? Se sim, quais fundamentos técnicos e jurídicos sustentam tal obrigatoriedade?

JUSTIFICAÇÃO

Na data de hoje, o jornal o Estado de São Paulo publicou reportagem intitulada "*Acesso à internet pública exige que aluno assista a publicidade do governo Bolsonaro*" (<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,acesso-a-internet-publica-exige-que-aluno-assista-a-publicidade-do-governo-bolsonaro,70003851712>), indicando que, no âmbito do programa Wi-fi Brasil, estudantes, professores e moradores são obrigados a assistir



uma propaganda de 30 segundos sobre programas sociais do governo Bolsonaro a cada vez que acessam a rede. Consideramos extremamente preocupante o conteúdo da matéria (íntegra abaixo), razão pela qual apresentamos o presente requerimento. A manutenção da obrigatoriedade mencionada na reportagem exigiria apresentação de sólidos argumentos jurídicos, por parte do governo. Os vídeos, cujo conteúdo requeremos, podem significar não “utilidade pública” e, sim, propaganda eleitoral irregular e antecipada, realizada com recursos públicos. Entre outras “impropriedades” administrativas.

"Acesso a internet pública exige que aluno assista a publicidade do governo Bolsonaro"

A [internet banda larga](#) chegou às escolas da zona rural de Santa Filomena, no interior do [Piauí](#), mas a novidade veio com uma exigência. Estudantes, professores e moradores precisam assistir a uma propaganda de 30 segundos sobre programas sociais do governo Bolsonaro a cada vez que acessam a rede. A peça publicitária é uma imposição aos beneficiários do Wi-fi Brasil, projeto do Conecta Brasil, um conjunto de iniciativas para promover a inclusão digital tocadas pelo [Ministério das Comunicações](#).

O único aplicativo que abre sem a publicidade é o WhatsApp. "Para usar o Google e o Caixa Tem, a gente assiste ao vídeo", diz a estudante Gabriela Silva, de 14 anos, do 9.º ano da Escola Municipal Anita Studer, no povoado de Sete Lagoas. Funciona assim: se o usuário precisar entrar na internet cinco vezes no dia, ele vai ter de assistir a propaganda cinco vezes. Se demorar para usar, a rede desconecta e tem de assistir de novo.

Pelas estimativas do Ministério das Comunicações, ao menos 26 milhões de brasileiros passaram a ter acesso à banda larga pelo Conecta Brasil. O programa tem um custo previsto de R\$ 2,7 bilhões. Deste montante, R\$ 2,46 bilhões serão alocados no Norte e no Nordeste, onde é maior a carência de internet.

Também essas são as duas regiões onde o presidente [Jair Bolsonaro](#) enfrenta os maiores desafios para garantir mais um mandato em 2022. O Nordeste é o principal reduto eleitoral do ex-presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](#) (PT), e o Norte foi onde Bolsonaro venceu o petista Fernando Haddad, em 2018, com pequena margem de votos.

Diante disso, Bolsonaro planeja uma série de ações e viagens, especialmente, aos municípios do semiárido e às capitais nordestinas para reduzir a diferença com seu principal opositor. Há tempo que os grotões sertanejos recebem visitas de comitivas de Brasília. Em 20 de maio, quem apareceu em Santa Filomena (PI), foram o ministro das Comunicações, [Fábio Faria](#), e o vereador e filho do presidente, [Carlos Bolsonaro](#). Eles estiveram na cidade justamente para instalar o sinal público de wi-fi.

Em discurso, o ministro disse que a internet era uma fonte alternativa de informações em oposição ao que chamou de "notícias contra o presidente". E aproveitou para reclamar do que considerava uma perseguição a Carlos. "Eles fazem isso porque eles sabem que Carlos Bolsonaro foi responsável pela eleição de



Jair Bolsonaro! Apareça, Carluxo! Não fique no Rio, não. Fique do lado do seu pai em Brasília. Sabe por quê? Porque há 15 dias atrás ninguém via na televisão que ia ter manifestação. Semana passada, ninguém via nos jornais que o agronegócio ia para Brasília. Mas ele sabia, porque ele conversa com quem não assiste as mesmas notícias todos os dias contra o presidente.”

Foi então que Carlos subiu no palco e cumprimentou o ministro. O vereador é considerado o mentor da campanha eleitoral do pai nos meios digitais e costuma dar o tom dos posicionamentos nos perfis oficiais do presidente nas redes sociais, aos quais tem acesso livre. É ele quem comandaria o chamado gabinete do ódio, grupo na mira do Judiciário acusado de usar as redes sociais a espalhar fake news, distorcer fatos e perseguir adversários do presidente.

Entre as medidas adotadas pela gestão de Bolsonaro elencadas no vídeo de propaganda estão o 13.º salário do Bolsa Família e a instalação de sinal de internet em escolas, conforme indicam capturas de tela obtidas pelo Estadão. Os roteadores são colocados em locais em torno dos quais as comunidades contempladas se reúnem, como escolas, postos médicos e unidades de segurança pública.

Antes da chegada do [Wi-fi Brasil](#) na escola em que Gabriela e outros 61 alunos estão matriculados, em Sete Lagoas, havia uma torre que fornecia sinal de rede aos moradores do povoado. Em dezembro do ano passado, a instalação foi derrubada por uma ventania. Situada a cerca de 60 km do centro da zona urbana de Santa Filomena, o povoado também não dispõe de sinal de telefonia.

Durante o período em que estiveram sem conexão, comunicavam-se por cartas e muitos alunos eram levados pelos pais até fazendas particulares onde era possível acessar a internet. Outros, no entanto, não tinham meios de percorrer as distâncias necessárias e puderam apenas fazer as tarefas das apostilas entregues pelos professores em casa. Como a motocicleta é o veículo mais comum na região, alguns pais precisaram escolher quais filhos levariam às fazendas.

O vereador de Santa Filomena Adilson Lopes (Progressistas) observa que o Whatsapp, aplicativo onde Bolsonaro tem forte presença, tornou-se a principal fonte de informação dos moradores. Não há exigência de publicidade do governo para acessar o aplicativo.

Por sua vez, o prefeito Carlos Braga (Progressistas) disse que não sabia da necessidade de assistir à propaganda do governo para acessar a internet em Sete Lagoas, onde vivem 400 habitantes, segundo estimativa da prefeitura. “Eu estou sabendo agora. Não sabia desse vídeo. Não vi ninguém ainda relatando esse fato”, disse. “Não vou aqui me arriscar a dizer que pontos de internet estão sendo utilizados para determinados fins político-eleitorais. É claro que nas redes a gente vê e ouve muita coisa.”

A banda larga chega aos grotões do Nordeste – a segunda região do País com mais eleitores 26% (39,2 milhões)– no momento em que bolsonaristas planejam repetir estratégias de uso de redes sociais adotadas em 2018. Quando concluído, o Nordeste Conectado irá beneficiar cerca de 16 milhões de pessoas.

Procurado, o Ministério das Comunicações informou que o Cidades Digitais destinou R\$ 44,8 milhões em investimentos no Nordeste. “Desse total, R\$ 16,4 milhões no atual governo.” Segundo a pasta, “a veiculação de vídeos institucionais está prevista no projeto básico da implantação de pontos de acesso gratuito à internet em localidades públicas, pelo programa Wi-Fi Brasil” e é instrumento importante “de divulgação de mensagens de utilidade pública”.



Em escolas da região Norte também só se acessa a rede pública de internet após assistir a propaganda do governo federal. Um braço do Conecta Brasil, o Norte Conectado terá ao menos duas de um total de nove infovias de fibra óptica concluídas no ano eleitoral de 2022. As outras sete serão entregues até 2025.

"O investimento total para o Norte Conectado é de cerca de R\$ 1,8 bilhão, dos quais R\$ 248 milhões já foram repassados. O restante está condicionado à realização do leilão do 5G", informou o Ministério das Comunicações.

O alto custo do projeto se deve, em larga medida, à dificuldade de instalação da infraestrutura no território cortado por rios. Para realizar a operação são necessários estudos hidrográficos e licenciamento ambiental. Parte dos 12 mil km de cabos deverão passar por debaixo de áreas fluviais extensas para chegar às comunidades. Não se sabe ao certo quantas pessoas serão beneficiadas até o ano que vem, pois a liberação de recursos para construção das sete infovias restantes depende da realização do leilão do 5G. De acordo com o Ministério das Comunicações, já há 475 pontos de internet do governo federal em áreas demarcadas e mais 95 devem ser instalados até 2022.

Uma das principais armas do arsenal retórico do bolsonarismo, o discurso contrário às organizações de defesa das comunidades indígenas chega quase diariamente aos celulares dos moradores da região do Rio Negro, onde vivem 23 etnias indígenas. Velha demanda daquelas populações, o avanço da conexão à internet pelo Wi-fi Brasil trouxe, com os benefícios da inclusão digital, a ampliação do alcance das fake news.

Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Marivelton Baré disse que é frequente o recebimento de mensagens com conteúdo enganoso sobre ONGs que atuam no local.

"Temos orientado o pessoal com esse negócio de fake news, muito comum, principalmente no momento atual. Como aqui é uma região de fronteira, também tem o Exército falando em soberania nacional (para atacar entidades do terceiro setor)", afirmou Baré."

Pelo exposto, rogamos deferimento.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 2021.

Deputado BOHN GASS – PT/RS

